

economia

Entidades do RS alertam para impactos do fim da escala 6x1

PEC aprovada por deputados gerou reação negativa no setor produtivo

/ TRABALHO

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala 6x1 e estabelece jornada semanal máxima de 40 horas repercutiu de forma negativa entre representantes do setor produtivo gaúcho. A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) lamentou a decisão tomada pela Câmara dos Deputados na noite desta quarta-feira e defendeu que o tema seja analisado com “equilíbrio, maturidade e fora do período eleitoral” durante a tramitação no Senado.

A entidade argumenta que mudanças na legislação trabalhista precisam ocorrer com base em estudos técnicos e responsabilidade econômica. Para o presidente da Fiergs, Claudio Bier, o avanço da proposta no Congresso ocorre em um momento inadequado. “Embora o debate seja legítimo, vemos com profunda preocupação o avanço desta pauta no Congresso neste momento. Um tema delicado, com potencial de impactar significativamente a economia do País, não deveria ser discutido em ano eleitoral. A medida representará aumento de custos para produtos e serviços, com reflexos diretos ao consumidor”, afirmou.

A Fiergs informou, ainda, que uma comitiva da entidade esteve em Brasília nesta semana



ZÉTO TELÖKEN/DIVULGAÇÃO/JC

Fiergs aponta que medida pode provocar queda de 5,4% no PIB gaúcho

para alertar parlamentares sobre os possíveis efeitos da PEC para o setor produtivo. Conforme estudo elaborado pela Federação, uma eventual redução da jornada legal para 40 horas semanais poderá provocar queda potencial de 5,4% no Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul. O levantamento também projeta a redução de aproximadamente 47 mil empregos no Estado.

Na mesma linha, a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) lamentou a aprovação da proposta que restringe, segundo a entidade, a liberdade e as opções de trabalhadores e empresas na pactuação de contratos de trabalho. Para a federação, em um País onde o ambiente de negócios já é considerado engessado e a produtividade segue como um dos principais

gargalos ao crescimento socioeconômico há décadas, a aprovação de uma medida de grande impacto de forma acelerada e em período pré-eleitoral “não parece a forma correta de enfrentamento dos desafios que temos e de buscar o progresso que tanto almejamos”.

Para Rafael Goelzer, vice-presidente de Integração da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), a proposta está sendo conduzida pelo governo federal de forma “equivocada” e com foco eleitoral, sem estudos aprofundados sobre os impactos econômicos da medida.

Goelzer afirmou que o verdadeiro problema enfrentado pelos trabalhadores brasileiros não é apenas a jornada de trabalho, mas a elevada carga tributária e os encargos que reduzem o salário líquido recebido pelos empregados.

Projeto segue para o Senado após aprovação em dois turnos na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira, em dois turnos, a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/19 que acaba com a escala de trabalho 6x1. Foram 461 votos favoráveis e 19 contrários, no segundo turno. O texto segue para votação no Senado.

Apenas Novo e Missão recomendaram a rejeição. Maior bancada da oposição, o PL orientou voto a favor da redução, tal como partidos de centro e aliados ao governo.

O texto aprovado no plenário é o parecer do deputado federal Leo Prates (Republicanos-PB). A PEC aprovada na Câmara torna obrigatória a concessão de duas folgas semanais aos trabalhadores, uma delas preferencialmente aos domingos.

O texto aprovado prevê ainda que o direito a um dia mais de descanso passa a valer 60 dias depois da promulgação da emenda, quando também terá início a primeira de duas etapas na redução da jornada semanal, de 44 horas, como é hoje, para 42 horas. A segunda e última fase, a redução para 40 horas, será aplicada 12 meses depois. O texto ainda precisa ser aprovado com ao menos 49 votos entre 81 senadores, em dois turnos, pelo Senado antes de ser promulgado.

A mudança prevista na PEC deve afetar mais da metade dos trabalhadores formais no Brasil. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), banco de dados do governo federal, 35 milhões de pessoas com registro em carteira trabalham mais de 40 horas semanais, número que equivale a 58,38% do total de empregados. A redução na jornada, segundo a PEC, não pode resultar

em redução salarial. Nos 60 dias depois da promulgação, empresas e categorias deverão negociar novos acordos e convenções coletivas para adequar suas atividades à nova jornada semanal máxima de 42 horas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que a aprovação da PEC é uma “conquista histórica e civilizatória”. “Mais do que horas no relógio, estamos devolvendo aos trabalhadores e trabalhadoras o direito ao convívio com a família. Ao descanso. À vida além do trabalho. As duas folgas semanais significam mais tempo para estudar, se divertir, cuidar da saúde e ver os filhos crescerem”, disse o presidente, em publicação na rede social X, no fim da noite de quarta-feira.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta quinta-feira (28), que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tem “amplo espírito colaborativo” e dará a “tramitação correta” à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala de trabalho 6x1. “Eu converso com o presidente Alcolumbre quase que diariamente sobre diversos temas, e o que tenho percebido dele é que há um amplo espírito colaborativo com essa pauta da PEC”, disse Motta, em coletiva de imprensa após participar do painel de abertura do Brasília Tech Summit, na capital federal. “Com certeza, dará a tramitação correta a essa proposta.”

Motta avaliou de forma “extremamente positiva” a aprovação da PEC e afirmou que o relatório do deputado Leo Prates reuniu, de forma equilibrada, o que seria o anseio da maioria da população brasileira.

O INVISÍVEL QUE VENDE

Ciclo de palestras para impulsionar o varejo de moda.

Idealização Realização
Joy ALAGO * CDL PDA

18.06.2026 | 8h30

Teatro Bourbon Country

Moda
pelo Rio Grande do Sul
3ª edição

Ingressos em
uhuu.com

